

Ano XX nº 6028 – 08 de abril de 2019

Reforma da Previdência: governo quer capitalização sem aporte patronal



Segundo noticiou o jornal Valor Econômico, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem discutido em conversas reservadas a proposta de capitalização com aportes apenas para os trabalhadores. Os empregadores ficariam desobrigados a contribuir.

Esse modelo é idêntico ao implantado no Chile na década de 1980. Apenas trabalhadores contribuem com 10% do seu salário em contas individuais geridas por empresas privadas, chamadas de administradoras de fundos de pensão (AFP).

O resultado é que, atualmente, 80% dos aposentados daquele país recebem menos de um salário mínimo (US\$ 424) de benefício, e quase metade (44%) está abaixo da linha da pobreza.

Essa situação de miséria dos aposentados levou o Chile a liderar o ranking de suicídios de idosos na América do Sul.

A Previdência Social atual é custeada por contribuições do governo, empresas e trabalhadores. E as aposentadorias e pensões de quem está fora do mercado de trabalho são financiadas por quem está na ativa.

No sistema de capitalização idealizado pela equipe econômica de Bolsonaro, cada indivíduo será responsável por gerir uma poupança individual durante a sua vida laboral para ter um benefício proporcional ao montante poupado. Quem ganha pouco, trabalha sem registro em carteira ou passa boa parte da vida desempregado não conseguirá guardar o suficiente para a aposentadoria.

Enquanto a previdência privada exclui a maioria da população, a pública garante benefícios a todos, o que ajuda a reduzir a pobreza. Sem os benefícios de aposentadoria e assistência social, a taxa de pobreza entre os brasileiros com mais de 65 anos aumentaria dos atuais 10% para quase 70%.

No Brasil, o piso do benefício do INSS pelas regras atuais é equivalente a um salário mínimo: R\$ 998. Atualmente, 86% dos idosos têm proteção na velhice. A Previdência Social beneficia diretamente 30 milhões de pessoas e indiretamente outras 60 milhões.

Santander dificulta acesso ao auxílio-doença

O slogan do Santander, “O que podemos fazer por você hoje?”, certamente não abrange seus funcionários que precisam de afastamento médico para cuidar da saúde. Isso porque a empresa tem dificultado ao máximo a possibilidade de trabalhadores buscarem tratamento médico e, para isso, se afastarem das atividades laborais através do INSS.

A mudança aconteceu nos últimos meses. Um dos documentos para que o trabalhador possa requerer o afastamento, a Declaração de Último Dia Trabalhado (DUT) foi alterado drasticamente, sendo acrescidas informações para o médico do trabalho que vai avaliar o caso.

No documento, o banco pede para que o perito do INSS que está com o caso visite as instalações do Santander para verificar que o ambiente é adequado para trabalhar, que não há problemas ergonômicos relativos ao desempenho das funções e ainda traz estatísticas duvidosas de que a maioria dos afastamentos por problemas de saúde mental não tem relação com o trabalho.

